



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

ATA N.º 09/2015
COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 10H

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às dez horas, no Salão Nobre, 20º andar do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, reuniram-se, sob a Presidência da Coordenadora do Comitê de Planejamento e Gestão, Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves; a Corregedora Regional, Desembargadora Beatriz de Lima Pereira; a Ouvidora, Desembargadora Cíntia Táffari; os Desembargadores Tânia Bizarro Quirino de Moraes, Cândida Alves Leão, Ivete Ribeiro, Maria de Lourdes Antonio, Paulo José Ribeiro Mota, Bianca Bastos e Maria Elizabeth Mostardo Nunes; os Juízes Samir Soubhia e Moisés dos Santos Heitor e os servidores João Nazareth Oliveira Quirino de Moraes, Secretário-Geral da Presidência; Luis Alberto Daguano, Diretor-Geral da Administração; Ana Celina Ribeiro Ciancio Siqueira, Secretária-Geral Judiciária; Sueli Cristina Fracca, Secretária da Corregedoria Regional; Denize Mota, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas; Lilian Yuri Takahashi, Diretora-Substituta da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira; Ana Helena Piragine, Diretora da Escola Judicial; Sílvia Ramos Mathiasi, Diretora da Secretaria de Benefícios e Programas Sociais; Adriana Marcellino, Diretora Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial; Marcio Nisi Gonçalves, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Maria Inês Ebert Gatti, Diretora da Secretaria de Gestão da Informação, Projetos e Normas; Eduardo Antonio Engholm Cardoso, Diretor-Substituto da Secretaria de Controle Interno; Cecília Freitas de Azevedo Pesce, Secretária da 18ª Turma; Dennis Henrique Takenaka, Diretor da 16ª Vara do Trabalho da Zona Sul de São Paulo; Aline Maria de Castro Silva Rossi, Diretora da Secretaria de Comunicação Social; Marcelo Canizares Schettini Seabra, Diretor da Secretaria de Segurança Institucional; Maria da Graça Navarro, Secretária da Seção Especializada em Dissídios Individuais Ímpar; Patrícia Nogueira de Aquino, Assessora do Desembargador Rovirso Aparecido Boldo; Adriana de Oliveira Bueno Gonçalves, Diretora da Coordenadoria de Administração Financeira e Orçamento; Darcio Reges Tomazelli, Diretor da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura; Cristiano Munerati,

[Handwritten signatures and initials]



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Diretor da Coordenadoria de Administração de Recursos; Márcio Vinícius Gimenes Milan, Chefe da Seção de Governança de Tecnologia da Informação; Fernanda Machado Martins, Chefe da Seção de Gestão Ambiental; Maria Daniela Costa Acioli de Oliveira; Bruno Motta de Andrade, Leandra Maria Leal de Sant'Anna e Syrgeia Magdalena, representantes do Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos, com a finalidade de expor as propostas de projetos das equipes multidisciplinares dos objetivos estratégicos do PEI 2015-2020.

A Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e tecendo elogios aos trabalhos desenvolvidos recentemente pelas equipes multidisciplinares dos diversos objetivos estratégicos. Enalteceu a importância do alinhamento estratégico nas atividades para o alcance de resultados institucionais. Destacou ainda a presença da Desembargadora Ouvidora Cíntia Táffari, cuja participação é de fundamental importância na gestão estratégica.

A Desembargadora Jucirema passou então a palavra à Diretora Aline, que explicou estar representando o Desembargador Carlos Roberto Husek, Coordenador do objetivo estratégico 01. Abordou, inicialmente, o projeto da Semana Institucional de Capacitação de Líderes, argumentando que existem excelentes gestores, com alta capacidade técnica no Tribunal, mas que certas habilidades como o trato com pessoas, mediação de conflitos, desenvolvimento de equipes e outras precisam ser estimuladas através de capacitação especializada. Passou então a expor o projeto Clube de Afinidades, cujo objetivo é a integração dos servidores com interesses semelhantes, apontando que uma característica marcante do TRT 2 é ter muitas pessoas de outros estados. Explicou que se trata de uma ferramenta simples a ser desenvolvida internamente para facilitar esse contato. Depois passou a palavra à Secretária-Geral Judiciária Ana Celina, que apresentou o projeto de criação do Núcleo de Apoio ao Servidor, unidade para intermediar demandas de servidores e gestores, como reclamações, intermediação de conflitos, mediação em permutas, reaproveitamento de servidores em funções compatíveis, formação de comissão para apuração de assédio moral grave e outras. A Diretora Silvia também pontuou a importância dessa abordagem de forma institucional para aprimorar e uniformizar os tratamentos das demandas, pois atualmente as mesmas chegam à Secretaria de Gestão de Pessoas, à Secretaria de Benefícios Institucionais e à Secretaria de Saúde, e são encaminhadas caso a caso, de acordo com as especificidades e com o gestor que toma conhecimento da



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

situação. Por fim, Ana Celina explicou o projeto de Aperfeiçoamento do Troféu Bandeirante, que seria estendido também a servidores da ativa que já contribuíram bastante com o Tribunal ao longo da carreira, acrescentando que esse projeto valoriza e reconhece os esforços de servidores.

A Desembargadora Cíntia então discorreu sobre a correlação de algumas atribuições exercidas na Ouvidoria e o projeto do Núcleo de Apoio ao Servidor, ressaltando que a Ouvidoria deve constar como parte interessada.

A Desembargadora Jucirema então ponderou que poderá haver propostas de projetos que pareçam distantes da realidade do Tribunal, e que impulsionarão parte da instituição a sair da zona de conforto, acrescentou a importância de se iniciar, no presente, iniciativas que contribuirão para a materialização da visão de futuro. Destacou ainda que o PEI tem vigência até 2020, e que os projetos serão distribuídos ao longo do tempo.

O Diretor Marcelo Schettini então discorreu sobre os projetos sugeridos pela equipe do objetivo estratégico 2, a quantidade de servidores da Secretaria de Segurança Institucional e as diversas atividades envolvidas. Ressaltou que estava representando a Desembargadora Doris Ribeiro Torres Prina, Coordenadora desta equipe. Apresentou as informações do projeto de terceirização parcial da frota, acrescentando que já foi feito um estudo confrontando as vantagens e desvantagens da terceirização em relação à aquisição dos carros e que se trata de um projeto piloto com apenas sete carros e doze meses de duração. Informou os parâmetros utilizados para os veículos que serão contemplados no projeto, os quais estão previstos nas Resoluções 83/2009 do CNJ, 68/2010 do CSJT e Portaria GP 20/2010 deste Tribunal. Explicou então os detalhes da gestão dos contratos de manutenção e dificuldades atualmente enfrentadas pela Secretaria. Comparou essa situação com as informações levantadas no estudo, concluindo que a terceirização é mais vantajosa para a instituição. Ato contínuo, apresentou o projeto de capacitação dos agentes de segurança, ressaltando que é um proposta alinhada ao objetivo estratégico 01. Explicou que há uma demanda constante de capacitação desses servidores, seja em razão das atividades e riscos que envolvem a secretaria, seja porque os normativos são constantemente atualizados. Salientou os avanços na gestão desses agentes e as inovações implementadas e destacou a importância da EJUD nos cursos oferecidos aos servidores da secretaria. Para encerrar, exibiu vídeo com cenas de um dos cursos

[Assinaturas manuscritas]



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

oferecidos aos agentes de segurança, e concluiu sua fala agradecendo a oportunidade em compartilhar as informações da Secretaria de Segurança Institucional.

Em seguida, a Desembargadora Maria de Lourdes apresentou a proposta da equipe do objetivo estratégico 03, por ela coordenada, que se refere a uma pesquisa de satisfação quanto às soluções e recursos de tecnologia da informação oferecidas pelo Tribunal, destacando que o projeto não abrange uma avaliação do PJe, que será abordado em pesquisa própria.

Na sequência, a Desembargadora Tânia assumiu a palavra, abordando o escopo do objetivo estratégico 5, relacionado à governança judiciária e administrativa, e exaltando a quantidade de temas abrangidos. Apresentou o primeiro projeto proposto pela equipe que coordena, "Inventário de processos nas varas do trabalho do TRT 2", que visa mapear a situação real e atual, destacando que, no futuro, isso poderia inclusive servir de subsídio para análise na promoção de magistrados. Após, discorreu sobre o projeto de mapeamento dos processos de trabalho nas secretarias da área administrativa do Tribunal, cujo objetivo é documentar os procedimentos e identificar oportunidades de melhoria e otimização do trabalho.

A Desembargadora Cândida, por sua vez, agradeceu aos componentes de sua equipe e ao Núcleo de Gestão Estratégica, passando a palavra ao Diretor Márcio, que apresentou o projeto de aprimoramento no modelo de atendimento do PJe no TRT2. Explicou que o PJe está se consolidando e expandindo cada vez mais, com aumento no volume de processos e que este projeto visa centralizar as demandas em uma única interface em relação à empresa terceirizada de *Service Desk* (TIVIT). Pontuou que está contemplada uma pesquisa no escopo do projeto, além da necessidade de se revisar os ANS. Abordou as dificuldades em se separar certas responsabilidades de atuação entre a TIVIT e o Núcleo PJe, e as diferenças de sistemas utilizados por cada um. A Diretora Maria Inês então ressaltou a necessidade de ampliação do contrato de terceirização, que já está próximo do limite de atendimentos, aos quais se somariam aproximadamente dois mil chamados mensais do Núcleo PJe. A Desembargadora Cândida então concluiu a exposição informando que o objetivo é facilitar e ampliar a comunicação e qualidade de atendimentos no PJe, um dos principais serviços atualmente prestados pelo Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

A Desembargadora Beatriz então informou que precisava se ausentar para participar de correição extraordinária. Agradeceu o tempo e esforço que os presentes e demais membros das equipes multidisciplinares têm dedicado a este trabalho.

Em seguida, a Desembargadora Maria Elizabeth Mostardo apresentou as propostas de projetos concebidas pela equipe que coordena: Alocação de mais um servidor e FC-03 às varas com auxílio fixo e dobra de pauta; Encontro para troca de experiências que resultaram a celeridade processual para Juízes e Diretores. A Desembargadora Jucirema observou que o projeto de encontros para troca de experiências entre diretores se correlaciona com o projeto de Semana Institucional de Capacitação de Líderes, apresentado pela equipe do objetivo estratégico 1.

Posteriormente, a Desembargadora Bianca Bastos abordou as propostas de sua equipe. O primeiro projeto está relacionado à fase de liquidação da sentença, que visa abreviar a tramitação do processo abreviando essa fase. Ressaltou que isso exige uma mudança de cultura, mas já há esforços nesse sentido, inclusive de âmbito nacional. Explicou que, neste projeto, a idéia é o estabelecimento de um convênio com o TRT 8 para possibilitar a liquidação das sentenças utilizando um sistema informatizado desenvolvido por aquele Tribunal, funcionando como passo inicial para a mudança de cultura, esclarecendo que é algo que deverá ocorrer a longo prazo. Ressaltou a importância da EJUD neste projeto, na fase de capacitação dos servidores para cálculo e uso da ferramenta. Acrescentou que a estimativa é de abreviar a tramitação dos processos em até três anos, e que isso anteciparia uma tendência, que deverá vir através do PJe Calc, tornando essa adoção futura mais harmônica. Já o segundo projeto refere-se ao tratamento das execuções em ações coletivas. Explicou que a tramitação deste tipo de ação se embasa no CDC, mas que o mesmo só pode ser parcialmente aplicado no direito do trabalho, que na fase de execução traz grandes dificuldades para o juiz que primeiro tomou conhecimento e para a vara do trabalho, principalmente em relação ao número de exequentes habilitados. Assim, o projeto visa ampliar as competências do Juízo Auxiliar em Execução também às ações coletivas.

Em seguida, o Juiz Moisés, representando a Desembargadora Regina Duarte, coordenadora da equipe do objetivo estratégico 09, expôs brevemente os conceitos envolvidos na gestão socioambiental e os critérios de sustentabilidade, por ser um tema



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

muito atual, com muita informação e que sempre traz inovações. Apresentou, então, as propostas de projetos. Sobre o primeiro, Software de controle das contratações sustentáveis do TRT 2ª Região, argumentou que o projeto possibilitará o acompanhamento dos critérios de sustentabilidade nas aquisições de bens e serviços. Com relação ao projeto Digitalização dos prontuários médicos de magistrados e servidores ativos, informou que gerará uma economia aproximada de vinte e cinco mil páginas de papel por ano e redução do consumo de *toner* em torno de 50% no setor. Outro benefício será a reorganização do espaço físico da secretaria, cujo arquivo ocupa 23m². O último projeto apresentado, Melhorias no Programa Agente Socioambiental do TRT 2ª Região, visa aumentar o interesse e a adesão de voluntários através de incentivos e capacitações para o exercício da função. O Juiz Moisés ressaltou que este programa inclusive recebeu prêmio do Ministério do Meio Ambiente no ano passado. Concluiu sua fala dizendo que o campo da gestão socioambiental é muito fértil, e que estas são apenas as primeiras idéias, mas que há inúmeras outras a serem materializadas.

A Desembargadora Jucirema agradeceu as apresentações dos representantes das equipes, e entregou aos Coordenadores dos objetivos estratégicos 03, 05, 07 e 08 documento com as considerações recebidas, referentes a projetos a eles relacionados. Na sequência informou que passariam, então, à exposição das propostas de projetos trazidas pelo Comitê Gestor Regional para implantação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição. Franqueou a palavra à Desembargadora Ivete, Coordenadora do Comitê, que explanou brevemente seu papel e citou os integrantes. Passou então a palavra ao Juiz Leonardo Grizagoridis da Silva, que abordou as propostas do Comitê. O primeiro projeto refere-se à capacitação dos diretores, assistentes de diretor e secretários de audiências das unidades judiciárias do Fórum Ruy Barbosa em PJe visando a adequada operacionalização das pautas de audiências para evitar conflitos de horários com o atual sistema. Com isso, espera-se minimizar os transtornos nos trabalhos dos magistrados, servidores e jurisdicionados. O segundo projeto, Redistribuição de FC-05 para os servidores que trabalham como auxiliares dos Juizes do Trabalho Substitutos, seria uma forma de equiparar a situação desses servidores a dos assistentes de juizes titulares. Já a terceira proposta, Banco de dados eletrônico de convênios e diligências, pensou-se em uma ferramenta para auxiliar, integrar e tentar otimizar os atos processuais das unidades,

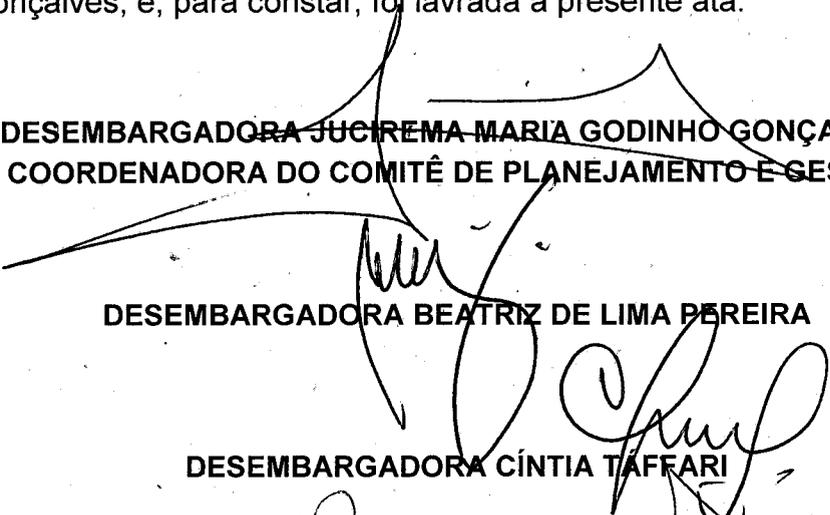


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

através do compartilhamento de informações de diligências e convênios com resultados positivos e negativos, evitando ou diminuindo o número de atos processuais infrutíferos.

Por fim, a Desembargadora Jucirema concluiu a reunião explicando que o próximo passo é o encaminhamento dos projetos para a Administração do Tribunal, que os analisará e, após a aprovação da Presidência, as propostas serão devolvidas aos Coordenadores das equipes para as providências cabíveis.

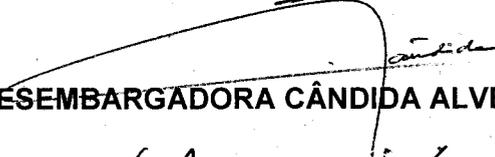
Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pela Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, e, para constar, foi lavrada a presente ata.


DESEMBARGADORA JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES
COORDENADORA DO COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO


DESEMBARGADORA BEATRIZ DE LIMA PEREIRA

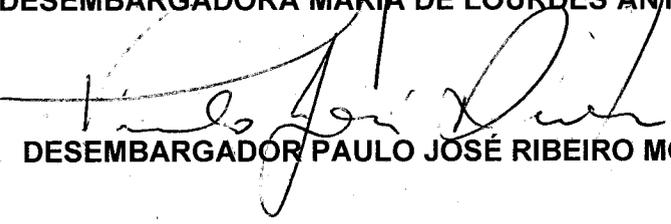

DESEMBARGADORA CÍNTIA TAFFARI


DESEMBARGADORA TÂNIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS


DESEMBARGADORA CÂNDIDA ALVES LEÃO


DESEMBARGADORA IVETE RIBEIRO


DESEMBARGADORA MARIA DE LOURDES ANTONIO


DESEMBARGADOR PAULO JOSÉ RIBEIRO MOTA



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Branco

DESEMBARGADORA BIANCA BASTOS

Elizabeth Mostardo Nunes
DESEMBARGADORA MARIA ELIZABETH MOSTARDO NUNES

Samir Soubhia
JUIZ SAMIR SOUBHIA

Moisés dos Santos Heitor
JUIZ MOISÉS DOS SANTOS HEITOR